

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Camaçari, estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.944.031/0001-63, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o n.º 29300032018, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Distribuidora de Água Camaçari S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 15 de março de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para



distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de distribuição pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Oferta Restrita também não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão será arquivada na JUCEB na data desta Escritura de Emissão, e publicada (i) no Diário Oficial do Estado da Bahia e (ii) no jornal A Tarde, veiculado em Salvador, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão celebrados entre a Emissora e o Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEB, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEB, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Distribuição Principal e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.



2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, observado o disposto no item 2.4.3. abaixo, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos da data de sua subscrição ou aquisição, conforme o caso, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam (i) observadas as restrições estabelecidas no artigo 15 da Instrução CVM 476 e (ii) a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

2.5. Objeto Social

2.5.1. A Emissora, nos termos do artigo 2º de seu estatuto social, tem por objeto social (i) a produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste, tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; e (ii) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1 abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 17.000 (dezessete mil) Debêntures.



3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB-Banco de Investimento S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), em conformidade com o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Distribuidora de Água Camaçari S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.5.5 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.5.5 abaixo) assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie dos valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão, obrigatoriamente, subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.6. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.



3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.8. O Coordenador Líder e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.9. A Emissão e a Oferta Restrita não serão objeto de quantidade adicional ou lote suplementar.

3.5.10 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.11. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.5.12. A colocação das debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição e conforme os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM 476 e pelo Contrato de Distribuição.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Oferta Restrita serão destinados para o reforço do capital de giro da Emissora e para fazer frente a investimentos inerentes a atividade fim da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/no, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de março de 2013 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures



4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.4.2.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário após cada Data de Amortização das Debêntures (conforme abaixo definido).

4.2.2. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), conforme o caso, atualizado monetariamente a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE" e "Atualização Monetária", respectivamente), calculado *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário e, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{d_{i,j}}{d_{i,r}}} \right]$$

onde:

- n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria



data de aniversário das Debêntures após a data de aniversário, o "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

4.2.2.1. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.2.2.2. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

4.2.2.3. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

4.2.2.4. Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

4.2.2.5. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

4.2.2.6. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.7. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.8. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior.

4.2.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a



mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal.

4.2.5. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, nos termos da Cláusula 4.2.4. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos do item 7.1 abaixo e dos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser aquele que adotar a unidade de correção monetária mais semelhante àquela do IPCA ("Taxa Substitutiva Similar"). Na ausência ou impossibilidade de definição de uma Taxa Substitutiva Similar, deverá ser proposto índice que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva de Mercado") e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "Taxa Substitutiva").

4.2.6. A AGD que deliberará sobre a Taxa Substitutiva a ser adotada será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

4.2.6. A Taxa Substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, por consequência, cancelar a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido no item 4.8.4 abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso.

4.2.8. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.



4.3. Conversibilidade e Forma

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.4. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas a qualquer momento, durante o Período de Colocação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definido no item 4.8.1 abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, a qual será realizada à vista, em moeda corrente nacional, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, por meio do MDA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2025 ("Data de Vencimento").

4.7. Amortização Programada e Extraordinária

4.7.1. Amortização Programada

4.7.1.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado mensalmente a partir do 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão, inclusive, em 96 (noventa e seis) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no dia 15 de abril de 2017 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela constante no Anexo I (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures").

4.7.1.2. Para efeito de cálculo de amortização mensal deverá ser considerado o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, a cada 12



(doze) meses, considerando-se como data de aniversário mensal o dia e o mês da Data de Emissão.

4.7.2. Amortização Extraordinária

4.7.2.1. Não obstante o disposto no item 4.7.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 15 de abril de 2016, promover ou realizar, a qualquer momento, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário e deverá ser precedida de notificação escrita ao Agente Fiduciário e aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária").

4.7.2.2. A Notificação de Amortização Extraordinária deverá conter: (i) data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária; (ii) o valor a ser pago ao Debenturista a título de Amortização Extraordinária, o qual corresponderá ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado extraordinariamente, acrescido da Remuneração, nos termos do item 4.8 abaixo, e demais encargos devidos e não pagos até a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária, acrescido de um prêmio sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, que variará de acordo com a tabela a seguir:

Período	Prêmio de Amortização
16/04/2016, inclusive, a 16/04/2017, exclusive	2,30%
16/04/2017, inclusive, a 16/04/2018, exclusive	2,25%
16/04/2018, inclusive, a 16/04/2019, exclusive	2,20%
16/04/2019, inclusive, a 16/04/2020, exclusive	2,15%
16/04/2020, inclusive, a 16/04/2021, exclusive	2,05%
16/04/2021, inclusive, a 16/04/2022, exclusive	1,60%
16/04/2022, inclusive, a 16/04/2023, exclusive	1,05%
16/04/2023, inclusive, a 16/04/2024, exclusive	0,50%
16/04/2024, inclusive, a 15/03/2025, exclusive	0,25%

4.7.2.3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.7.2.4. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.16, abaixo, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures estejam custodiadas no CETIP21, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.



4.8. Remuneração

4.8.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à taxa de 6,0000% (seis por cento) ao ano ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, nos termos do item 4.2, acima, a partir da Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido no item 4.8.4 abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.2 abaixo), calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

taxa = taxa de juros fixa, correspondente a 6,0000 (seis por cento), informada com 4 (quatro) casas decimais.

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, incorporação, pagamento de juros, conforme o caso, e data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.



4.8.2. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, para o primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas no final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.4. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida mensalmente, a partir da Data de Emissão. A primeira data de pagamento da Remuneração ocorrerá em 15 de abril de 2013 e a última data de pagamento da Remuneração ocorrerá na Data de Vencimento ou, ainda, a data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.11. Resgate Antecipado

4.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 15 de março de 2016, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado"). Não haverá resgate antecipado parcial das debêntures.

4.11.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio do envio de comunicação a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, por meio de aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis da data prevista para a realização do Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado" e "Data do Resgate Antecipado", respectivamente).

4.11.3. A Comunicação de Resgate Antecipado deverá descrever os principais termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo, mas não se limitando: (i) a Data do Resgate Antecipado; e (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado, o qual será



correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, nos termos do item 4.8 abaixo, e demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado, acrescido de um prêmio sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário que variará de acordo com a tabela abaixo:

Período	Prêmio de Resgate Antecipado
16/04/2016, inclusive, a 16/04/2017, exclusive	2,30%
16/04/2017, inclusive, a 16/04/2018, exclusive	2,25%
16/04/2018, inclusive, a 16/04/2019, exclusive	2,20%
16/04/2019, inclusive, a 16/04/2020, exclusive	2,15%
16/04/2020, inclusive, a 16/04/2021, exclusive	2,05%
16/04/2021, inclusive, a 16/04/2022, exclusive	1,60%
16/04/2022, inclusive, a 16/04/2023, exclusive	1,05%
16/04/2023, inclusive, a 16/04/2024, exclusive	0,50%
16/04/2024, inclusive, a 15/03/2025, exclusive	0,25%

4.11.4. A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da Data do Resgate Antecipado.

4.11.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2 a 4.12.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer controladas, diretas ou indiretas, da Emissora ("Controladas"); pedido de autofalência pela Emissora e/ou pelas Controladas; ou pedido de falência da Emissora e/ou das Controladas cujo valor individual seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), e que não tenha sido elidido no prazo legal;



- (b) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (c) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios, ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.14.1 abaixo), desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do vencimento original;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.14.1 abaixo), não sanado em até 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento de notificação sobre o respectivo descumprimento;
- (e) incorporação, fusão ou cisão da Emissora por outra sociedade e/ou venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária, inclusive por meio de incorporação de ações, que resulte em mudança ou transferência de controle acionário efetivo da Emissora e/ou das Controladas, exceto se: (i) tal operação societária for previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim; ou (ii) se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação de incorporação, fusão ou cisão, conforme o caso, o resgate das Debêntures de que forem titulares; ou (iii) a Odebrecht S.A. ("Odebrecht") mantiver, direta ou indiretamente, o controle da Emissora;
- (f) transferência do controle acionário efetivo da Emissora e/ou das Controladas, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) mediante prévia e expressa autorização dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para este fim, nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) se a Odebrecht mantiver, direta ou indiretamente, o controle da Emissora;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou Controladas (exceto protestos de autos de infrações ou certidões de dívida ativa decorrentes de discussões tributárias ou previdenciárias), cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do



protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou Controlada; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, em até 5 (cinco) dias úteis; ou (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;

- (h) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, (i) pela Emissora e/ou suas Controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (ii) pela Odebrecht Utilities S.A., controladora da Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora e/ou suas Controladas, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas em valor individual, ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;
- (j) sentença judicial transitada em julgado, prolatada por qualquer juiz ou tribunal, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento relativo à Emissão;
- (k) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (l) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) alteração material do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se a atividade de fornecimento de água industrial permanecer como uma das atividades principais da Companhia;



- (n) as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, previstas na Cláusula Oitava abaixo, provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes em qualquer aspecto que afete materialmente a Emissão, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de comunicação da referida comprovação pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (o) ocorrência de ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora que comprovadamente afete materialmente a Emissão e desde que a Emissora não tenha obtido efeito suspensivo no prazo de 30 (trinta) dias;
- (p) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens que representam mais do que 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora, desde que impossibilite o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) rescisão do Contrato de Fornecimento (conforme definido no item 4.14.1 abaixo), cujos Direitos Creditórios foram cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures;
- (r) constituição de qualquer tipo de ônus, penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios dados em garantia da Emissão;
- (s) venda, alienação ou transferência dos ativos da Emissora a terceiros sem a prévia aprovação dos Debenturistas; e
- (t) caso a Emissora não mantenha, mensalmente, o montante equivalente a 300% (trezentos por cento) do serviço da dívida, na Conta Reserva do Serviço da Dívida (conforme definido no item 4.14.1 abaixo), observados os prazos de carência e demais termos previstos no Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças.

4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (h), (i), (j), (k), (l) e (t) do item 4.12.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento antecipado condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas deste Item 4.12.2, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures



observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quórum específico estabelecido no item 4.12.3 abaixo. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.12.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quórum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, mediante deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.4. Na hipótese de (i) não instalação, em segunda convocação, da AGD mencionada no item 4.12.2. acima por falta de quórum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.12.3. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.12.1. acima e exigir o pagamento do que for devido aos Debenturistas.

4.12.5. Em caso de vencimento antecipado automático das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido.

4.12.6. Em caso de vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos do item 4.12.3. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento (i) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (ii) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da realização da AGD, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à mencionada AGD, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida AGD.

4.12.7. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata os itens 4.12.5. e 4.12.6. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.



4.13. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo (i) impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive a Remuneração, e/ou (ii) qualquer dos eventos de vencimento antecipado, conforme previstos no item 4.12.1. acima, ressalvado eventuais prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.14.1 abaixo), os débitos em atraso ou vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do pagamento da Remuneração: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.14. Garantia

4.14.1. As obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, contarão com garantia constituída nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos Debenturistas, tendo por objeto a cessão fiduciária, em favor dos Debenturistas, de (i) direitos creditórios oriundos da prestação dos serviços de fornecimento de água industrial dos tipos clarificada, desmineralizada e potável pela Emissora à Braskem S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Camaçari, estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1.56*, Pólo Petroquímico, inscrita no CPNJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-79, nos termos do Contrato de Fornecimento de Água Industrial, celebrado em 2 de março de 2013, entre a Companhia, a Braskem S.A. e, na qualidade de intervenientes, a Foz do Brasil S.A. e a Foz do Brasil Participações e Investimentos S.A. ("Direitos Creditórios" e "Contrato de Fornecimento"); (ii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos contra o Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário dos Direitos Creditórios ("Banco Depositário"), como resultado dos valores depositados ou que venham a ser depositados na conta corrente de titularidade da Emissora mantida na agência 3.064-3 do Banco Depositário conforme indicado no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Reserva do Serviço da Dívida"), independente de onde se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Direitos da Conta Reserva do Serviço da Dívida"); e (c) de quaisquer direitos de crédito ou de qualquer natureza oriundos das aplicações financeiras realizadas com os recursos depositados Conta Reserva do Serviço da Dívida nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos das Aplicações Financeiras" e, em conjunto com os Direitos Creditórios e os Direitos da Conta Reserva do Serviço da Dívida, "Direitos Cedidos"), nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Cessão Fiduciária").



4.14.2. O Banco Depositário não será responsável pela manutenção ou fornecimento de crédito para a manutenção do suficiente saldo na Conta Reserva do Serviço da Dívida.

4.14.3. A Cessão Fiduciária a ser constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.4. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado em Cartório de Títulos e Documentos das sedes da Emissora. A Emissora se obriga a enviar uma via registrada do Contrato de Cessão Fiduciária ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de obtenção do referido registro.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de remuneração, encargos moratórios e/ou qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão seus pagamentos realizados pela Emissora por meio do Banco Liquidante.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de Camaçari, estado da Bahia ou na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade



Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, a critério da Emissora, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde, veiculado em Salvador, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário na data da realização da respectiva publicação.

4.19. Aquisição Facultativa

4.19.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir as Debêntures em circulação nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.19.2. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.19.2 acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado, sendo que, nesta última hipótese, as Debêntures farão jus à mesma Remuneração atribuída às demais Debêntures em circulação, observada a regulamentação em vigor.

4.20. Comprovação de Titularidade das Debêntures

Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá, igualmente, como comprovante da titularidade das mesmas.

4.21. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:



(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social,
 - (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais; e (b) declaração da diretoria da Emissora a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 4.12.1 acima, bem como atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Emissão;
- (ii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante aos Debenturistas que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iii) na mesma data da publicação, as informações publicadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (iv) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer decisão judicial transitada em julgado proferida contra a Emissora que possa resultar em efeito adverso relevante ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e
- (v) cópia do organograma e de todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização, pelo Agente Fiduciário, do relatório anual previsto no artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 12, item XVII, da Instrução CVM 28, que venham a ser expressamente solicitados pelo Agente Fiduciário. As informações financeiras e atos societários previstos neste item deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório acima destacado na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.



- (b) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário, durante o prazo de vigência das Debêntures, nos termos do item 4.6 acima, arcando com os custos da referida manutenção;
- (c) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, nos termos do item 4.6 acima, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, bem como tomar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (d) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM, conforme a Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (e) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400");
- (f) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (g) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, de
 - (i) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à condução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e
 - (ii) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à preparação da Emissão;
- (h) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos à Emissão;



- (j) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída por lei à Emissora;
- (k) manter as Debêntures registradas para negociação no CETIP21 durante todo o prazo de vigência das Debêntures, nos termos do item 4.6 acima, arcando com os custos do referido registro; e
- (l) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, em até 10 (dez) dias úteis da data em que tornar conhecimento de um dos eventos descritos neste item.

5.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, incluindo, mas não limitadas ao artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no inciso (c) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil dessa divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.



5.2.1. A Emissora deverá enviar à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos incisos "c" e "f" do item 5.2. acima, imediatamente após a sua divulgação.

5.2.2. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 17 da Instrução CVM 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas no item 5.2. acima.

5.3. Os custos a que se refere o item 5.1 (h) acima compreenderão, entre outras, as seguintes despesas:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, bem como outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da solicitação;
- (c) despesas de viagem, transportes, alimentação e estadias quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado que o Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente aprovadas ou realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com *conference call* ou contatos telefônicos.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a



apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a Remuneração do Agente Fiduciário (conforme definido no item 6.4 abaixo) na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas (i) nesta Escritura de Emissão na Data de Emissão, não estando, porém, o Agente Fiduciário obrigado a atestar a veracidade das deliberações societárias; (ii) em atos da administração da Emissora; ou (iii) em qualquer documento ou registro que considere ou tenha sido autêntico, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja efetiva obrigação legal e regulamentar de elaboração é da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (l) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (m) assegurará, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo aos Debenturistas da Oferta Restrita; e
- (n) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em emissões do conglomerado econômico da Odebrecht Utilities S.A.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição, hipótese em que o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento à esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º



(quinto) dia útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas citadas na Cláusula 6.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.3. As parcelas citadas na Cláusula 6.4 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a jures moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Sem prejuízo de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a sua função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEB; (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e documentos necessários para a efetivação do referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) quando considerar necessário e desde que justificada, solicitar auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos serão suportados pela própria Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde, veiculado em Salvador, nos termos do item 4.18 acima, às expensas da Emissora;
- (j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:



- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de seu capital;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
- vi. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- vii. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- viii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- ix. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures;
- x. relação dos bens e valores entregues a sua administração;
- xi. declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária; e
- xii. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, incluindo denominação da companhia ofertante, valor da emissão, (3) quantidade de debêntures emitidas, espécie, prazo de vencimento das debêntures, tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, eventos de resgate, e amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.



- (l) até o dia 30 de abril de cada ano, disponibilizar aos Debenturistas o relatório a que se refere o inciso 6.5(k) acima, o qual deverá estar disponível na sede da Emissora, na sede do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder.
- (m) às expensas da Emissora, publicar no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde, veiculado em Salvador, nos termos do item 4.18 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso 6.5(l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive no que se refere à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações, inclusive aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, contidas nas Cláusulas desta Escritura de Emissão,
- (p) notificar (i) os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, (ii) a CVM e (iii) a CETIP, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (q) acompanhar e checar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão;
- (r) divulgar as informações referidas no item 6.5(k)(xii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (t) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente;
- (u) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website www.pentagonotrustee.com.br, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos do item 4.12 acima;
- (b) executar a garantia real objeto da Cessão Fiduciária descrita no item 4.14, acima, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.12 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 6.6(a) a 6.6(d) acima se, convocada a AGD, esta assim autorizar por deliberação de Debenturistas representando a unanimidade das Debêntures em circulação.

6.6.2. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.12 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção da medida contemplada na alínea 6.6(e) acima se, convocada a AGD, esta assim autorizar por deliberação de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação.



6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada nos termos do item 7.1.1 abaixo. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, este deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a Remuneração do Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelos Debenturistas em AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário (i) assumirá que os documentos, originais ou cópias autenticadas, encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu



pedido não foram objeto de fraude ou adulteração, bem como (ii) não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de quaisquer documentos societários da Emissora, sendo certo que tais documentos permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.

6.10. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim aprovado pelos Debenturistas em AGD.

6.11. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião, orientação ou fará qualquer juízo acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as deliberações dos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das deliberações dos Debenturistas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1. Convocação

7.1.1. A AGD poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde, veiculado em Salvador, nos termos do item 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de



assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.1.3. As AGDs deverão ser realizadas no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.4. As deliberações tomadas em AGD pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal e observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou do teor de seu voto na respectiva AGD.

7.2. Quórum de Instalação

7.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, independentemente do quórum de Debenturistas.

7.2.2. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores, diretores, conselheiros e respectivos cônjuges.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pela maioria simples dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quóruns de Deliberação

7.4.1. Os Debenturistas terão direito de voto nas AGDs, sendo que cada Debênture corresponderá a um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em circulação, não sendo computados os votos em branco.

7.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características gerais das Debêntures, sempre por solicitação do Emissor, como, por exemplo, (i) Remuneração; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures;



(iii) Data de Vencimento; (iv) quóruns de deliberação de AGD previstos nesta Cláusula Sétima; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, conforme previstas no item 4.12 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 80% (oitenta por cento) do total das Debêntures em circulação.

7.4.2.1 O quórum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 7.4.2 acima, não guarda qualquer relação com o quórum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula Quarta acima.

7.4.3. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 7.4.2. acima os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão.

7.4.4. Fica desde já acordado entre as Partes que o Banco Depositário poderá ser substituído pela Caixa Econômica Federal S.A. independentemente de aprovação dos Debenturistas.

7.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4.7. As alterações aos termos e condições das Debêntures poderão ser levadas para deliberação em AGD por meio de proposta feita pela Emissora.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que, no momento de assinatura desta Escritura:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou mandato, legitimamente outorgado e em pleno vigor, para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Cessão Fiduciária, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades que possam a prejudicar a Emissão;
- (e) possuir todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se devidamente válidas, salvo quando a ausência dessas autorizações e licenças, individualmente ou no todo, não prejudique o regular adimplemento da Emissão;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, salvo quando a ausência dessas leis, normas administrativas e determinações, bem como as autorizações e licenças, individualmente ou no todo, não prejudique o regular adimplemento da Emissão;



- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- (h) tem plena ciência e concorda integralmente que a forma de cálculo da atualização do Valor Nominal Unitário e a Remuneração foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder em observância ao princípio da boa-fé.
- (i) não há qualquer relacionamento entre a Emissora e o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções;
 - a. todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (j) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão na JUCEB; (ii) registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora e do Agente Fiduciário; e (iii) o registro das Debêntures na CETIP.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Rua Eteno, n.º 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari



CEP 42810-000, Camaçari – BA

At.: Sr. Bruno Neiva Maracaja / Maria Tereza Flores Carneiro

Telefone: (11) 3096-8486

Fax: (11) 3096-8029

E-mail: bruno.maracaja@fz.com.br / tereza@cetrel.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: juridico@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços indicados no item 9.1 acima. As comunicações feitas por fax serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços indicados no item 9.1 acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços indicados no item 9.1 acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de



qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro (i) desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos e (ii) dos atos societários relacionados a esta Emissão na JUCEB serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas previstas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DA LEI E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil, ficando eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

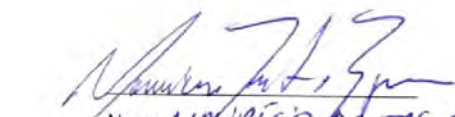
E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


São Paulo, 15 de março de 2013



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Distribuidora de Água Camaçari S.A.

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A.


Nome: MAURÍCIO SANTOS BEZERRA
Cargo: Diretor


Nome: TICIANA VAZ SAMPAIO MARIANEITI
Cargo: Diretora



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Distribuidora de Água Camaçari S.A.


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

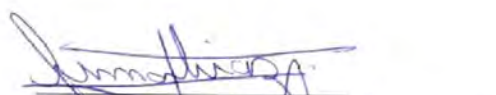
Nome: Silves Santos de Amorim
Cargo: Procurador



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Testemunhas:


Nome: Lúcia O. Silva
RG: 1675568-7
CPF: 226218718-52


Nome: FERNANDO SANTOS MATHIAZI
RG: 43.144644-1 SSP/SP
CPF: 350.676.438-M



Anexo I ao

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A.**

Tabela de Amortização Programada

	Data de Amortização das Debêntures	Proporção de Amortização das Debêntures
1	15 de abril de 2017	0,53%
2	15 de maio de 2017	0,52%
3	15 de junho de 2017	0,52%
4	15 de julho de 2017	0,52%
5	15 de agosto de 2017	0,52%
6	15 de setembro de 2017	0,52%
7	15 de outubro de 2017	0,52%
8	15 de novembro de 2017	0,52%
9	15 de dezembro de 2017	0,52%
10	15 de janeiro de 2018	0,52%
11	15 de fevereiro de 2018	0,52%
12	15 de março de 2018	0,52%
13	15 de abril de 2018	0,53%
14	15 de maio de 2018	0,52%
15	15 de junho de 2018	0,52%
16	15 de julho de 2018	0,52%
17	15 de agosto de 2018	0,52%
18	15 de setembro de 2018	0,52%
19	15 de outubro de 2018	0,52%
20	15 de novembro de 2018	0,52%
21	15 de dezembro de 2018	0,52%
22	15 de janeiro de 2019	0,52%
23	15 de fevereiro de 2019	0,52%
24	15 de março de 2019	0,52%
25	15 de abril de 2019	0,53%
26	15 de maio de 2019	0,52%
27	15 de junho de 2019	0,52%
28	15 de julho de 2019	0,52%



29	15 de agosto de 2019	0,52%
30	15 de setembro de 2019	0,52%
31	15 de outubro de 2019	0,52%
32	15 de novembro de 2019	0,52%
33	15 de dezembro de 2019	0,52%
34	15 de janeiro de 2020	0,52%
35	15 de fevereiro de 2020	0,52%
36	15 de março de 2020	0,52%
37	15 de abril de 2020	1,36%
38	15 de maio de 2020	1,36%
39	15 de junho de 2020	1,36%
40	15 de julho de 2020	1,36%
41	15 de agosto de 2020	1,36%
42	15 de setembro de 2020	1,35%
43	15 de outubro de 2020	1,35%
44	15 de novembro de 2020	1,35%
45	15 de dezembro de 2020	1,35%
46	15 de janeiro de 2021	1,35%
47	15 de fevereiro de 2021	1,35%
48	15 de março de 2021	1,35%
49	15 de abril de 2021	1,36%
50	15 de maio de 2021	1,36%
51	15 de junho de 2021	1,36%
52	15 de julho de 2021	1,36%
53	15 de agosto de 2021	1,36%
54	15 de setembro de 2021	1,35%
55	15 de outubro de 2021	1,35%
56	15 de novembro de 2021	1,35%
57	15 de dezembro de 2021	1,35%
58	15 de janeiro de 2022	1,35%
59	15 de fevereiro de 2022	1,35%
60	15 de março de 2022	1,35%
61	15 de abril de 2022	1,36%
62	15 de maio de 2022	1,36%
63	15 de junho de 2022	1,36%
64	15 de julho de 2022	1,36%
65	15 de agosto de 2022	1,36%
66	15 de setembro de 2022	1,35%
67	15 de outubro de 2022	1,35%



68	15 de novembro de 2022	1,35%
69	15 de dezembro de 2022	1,35%
70	15 de janeiro de 2023	1,35%
71	15 de fevereiro de 2023	1,35%
72	15 de março de 2023	1,35%
73	15 de abril de 2023	1,36%
74	15 de maio de 2023	1,36%
75	15 de junho de 2023	1,36%
76	15 de julho de 2023	1,36%
77	15 de agosto de 2023	1,36%
78	15 de setembro de 2023	1,35%
79	15 de outubro de 2023	1,35%
80	15 de novembro de 2023	1,35%
81	15 de dezembro de 2023	1,35%
82	15 de janeiro de 2024	1,35%
83	15 de fevereiro de 2024	1,35%
84	15 de março de 2024	1,35%
85	15 de abril de 2024	1,36%
86	15 de maio de 2024	1,36%
87	15 de junho de 2024	1,36%
88	15 de julho de 2024	1,36%
89	15 de agosto de 2024	1,36%
90	15 de setembro de 2024	1,35%
91	15 de outubro de 2024	1,35%
92	15 de novembro de 2024	1,35%
93	15 de dezembro de 2024	1,35%
94	15 de janeiro de 2025	1,35%
95	15 de fevereiro de 2025	1,35%
96	15 de março de 2025	1,35%

